

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

### História do Amapá no livro didático\*

GLEIDSON COSTA DA SILVA\*\*

#### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a História do Amapá está apresentada no livro didático, quais conteúdos são apresentados pelos autores desses livros, quais conteúdos correspondem ao Plano Curricular do Estado do Amapá e quais foram os conteúdos específicos abordados pelas professoras de história em sala de aula.

Esse estudo foi realizado na Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado<sup>1</sup> com três turmas do 3º ano do Ensino Médio no período de 2010 a 2012. Para essa análise as fontes utilizadas foram os livros didáticos referentes ao 3º ano do Ensino Médio, para perceber se os livros didáticos abordam a História do Amapá e como estão distribuídos e apresentados os conteúdos; os Planos de Ensino, para saber que conteúdos sobre a História do Amapá são contemplados na estrutura curricular do Ensino Médio e as Cadernetas dos professores, para verificar de que forma os conteúdos foram trabalhados.

Alguns desses conteúdos, quando contextualizados à realidade local, servem de ponto de partida para a reconstrução do conhecimento histórico, mostrando aos alunos que existem fatos tão importantes quanto os conteúdos de uma historiografia oficial apresentada no livro didático, que se torna generalizante por partir de realidades distintas como as obras editoriais importadas da região sudeste. Nessas relações, conforme Dayrell (1996),

*A escola, como espaço socio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo (DAYRELL, 1996, p. 2).*

\* Artigo Científico apresentado como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP do Programa de formação de professores – PARFOR, orientado pela professora Msc. Iza Vanesa Guimarães.

\*\* Acadêmico do Curso de Graduação em Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP – PARFOR.

<sup>1</sup> Escola localizada na Rua Quinta, nº809, Bairro Marabaixo III, na cidade de Macapá – AP.

Nesse sentido a escolha pela referida escola foi feita por ser um espaço de grande interação social na construção do conhecimento histórico local. É formada por uma demanda crescente e heterogênea de alunos da comunidade dos bairros Marabaixo I, II, III, Independência, Jardim América, além das comunidades do entorno como linhas do Km 09, Vila do Coração e comunidade do Goiabal. Também por ser a única escola existente com oferta de Ensino Médio à comunidade local desde a sua fundação no ano de 2004.

A Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado possui uma estrutura de 16 salas de aula, atendendo as seguintes modalidades: Ensino Fundamental de oito anos (1ª a 8ª séries), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (1ª a 4ª etapas), totalizando uma clientela de aproximadamente 1.800 alunos. A Escola conta com Biblioteca, refeitório, laboratório de informática, sala de professores, banheiros de alunos e de professores, quadra poliesportiva, secretaria, sala de educação especial, estacionamento, lanchonete, auditório e palco para apresentações artísticas e culturais. Também conta com recursos de auxílio aos professores e alunos, como data shows, impressoras, notebooks e computadores, laboratório móvel, scanners, caixas de som e internet. Por fim os espaços climatizados são as salas de aula, secretaria, laboratório de Informática, sala da Educação Especial, auditório e sala dos professores.

Assim, a finalidade da pesquisa é compreender de que forma a disciplina de História do Amapá vem sendo trabalhada através do livro didático bem como estimular debates acerca de uma historiografia local.

## 2. HISTÓRIA DO AMAPÁ NO LIVRO DIDÁTICO

A partir de 2008, com a implantação da Lei nº 1183 de 03 de Janeiro, que institui a disciplina História do Amapá na rede pública Estadual de Ensino, no Ensino Fundamental e/ou Médio, houve um aumento na produção científica de instituições de Ensino Superior. Essas instituições têm ofertado especializações na área de História do Amapá e de História da Amazônia, na tentativa de se levar a história regional e local à sua finalidade que é o ensino público estadual e à capacitação dos professores da rede de ensino.

O objetivo da Lei é de formar cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do Estado. De acordo com a Lei, compete à Secretaria Estadual de Educação

(SEED) adaptar a disciplina aos currículos das séries da Educação Básica, devendo permanecer como parte diversificada ou distribuída.

Partindo da legislação vigente, o estudo buscou nas obras aqui apresentadas os conteúdos relacionados à História do Amapá em sentido mais amplo. Os livros didáticos aqui analisados foram os livros utilizados no Ensino Médio, nas turmas de 3º ano da Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado no período de 2010 a 2012.

O livro “História – Volume único”, de Divalte Garcia Figueira, utilizado nos anos de 2009, 2010 e 2011, apresenta quatro eixos temáticos principais: o Mundo Antigo; a Idade Média; Tempos Modernos; o Mundo Contemporâneo.

Já o livro “História, O mundo por um fio: do século XX ao XXI” dos professores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, começou a ser utilizado em 2012 e a previsão de uso estende-se até 2014; apresenta três unidades: Revoluções e Guerras; Guerra Fria, Guerras Quentes; e Rumo ao Novo Milênio. Faz parte de uma coleção de três livros, sendo esse o terceiro livro.

Analisando os livros didáticos de História do 3º ano do Ensino Médio sobre a História do Amapá, de 2010 a 2012, destacam-se os seguintes pontos:

No primeiro livro didático, o conteúdo sobre “A Conquista do Sertão” que está no capítulo 30 que fala do domínio da Espanha e a União Ibérica, surge a primeira referência sobre a História de Macapá, no eixo temático “Tempos Modernos – unidade VII”. O livro retrata a ocupação da localidade que se tornaria a capital Macapá por Holandeses, que foram expulsos em 1648 pelos portugueses, com a ajuda dos indígenas, no período de subida de uma expedição organizada pelo sertanista Pedro Teixeira à região do velho Amazonas.

Sobre o capítulo 35, “O novo mapa do Brasil”, página 187, no período de 1750 a 1777, o autor cita o governo do rei Dom José I, e nomeação do ministro dos negócios estrangeiros Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Foi nesse período que se deu a construção da Fortaleza de São José de Macapá para proteger as fronteiras da Amazônia das invasões estrangeiras. O assunto não aborda esse fato.

No capítulo 57, “Brasil: exclusão e revolta”, na página 310, o livro não faz referência ao litígio com a França sobre os limites entre Brasil e França (Amapá e Guiana Francesa) quando aborda os conflitos sociais entre 1896 e 1916.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

4

No decorrer do livro, percebe-se uma abordagem de aspectos gerais sobre a História do Brasil dentro de um contexto mundial de causas e consequências, bem como a ênfase em aspectos políticos e econômicos. A proposta do livro é reunir em um único volume os acontecimentos e processos mais importantes da história, com a utilização de iconografias e suas referidas fontes, reflexões sobre determinados temas, utilização de documentos de época e matérias de jornais e revistas.

Os capítulos relacionados à História do Amapá, dessa forma, ficam restritos à abordagem extratextual das professoras, carecendo de fontes complementares tanto no livro didático quanto na biblioteca da escola, impossibilitando o manuseio de fontes por parte dos alunos. Para que os alunos tenham acesso a determinados conteúdos, recorrem à internet, porém sem uma orientação adequada, acabando por utilizar conteúdos de fontes não confiáveis e dispersos. Como a única biblioteca não possui referências sobre determinados conteúdos, os alunos acabam se deslocando para outros espaços mais distantes, tornando dificultosa a pesquisa e o acesso a uma bibliografia adequada.

No segundo livro didático, no eixo temático “Revoluções e Guerras”, na página 25, encontram-se as dificuldades dos primeiros governos republicanos na disputa e demarcação do território brasileiro. Cita-se a demarcação da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa com arbitragem internacional e a decisão de 1900 favorecendo a situação brasileira não explicando o processo. Essa foi a única referência feita no livro, sendo que a obra aborda assuntos em seus aspectos globais.

A proposta dessa obra é comparar sociedades e valores, compreender crises sociais, econômicas e políticas, argumentos, crenças, conflitos sociais, discriminações raciais e as lutas coletivas contra opressões e preconceitos, buscando formar um senso crítico sobre o passado e relacionando conquistas no mundo contemporâneo.

É notório que os conteúdos não atendem e não contemplam os assuntos relativos à história local e regional no contexto amapaense, sendo a proposta dessas obras uma abordagem mais ampla como, por exemplo, os períodos entre guerras, abordagens econômicas, políticas ou socioculturais, através de contextualizações entre Europa e América Latina. Mudanças de governo e conflitos também são bastante debatidos. Uma das possibilidades da utilização desses livros didáticos é a falta ou escassez de livros didáticos que contemplem a história do Amapá. Outra possibilidade seria a praticidade em se ter uma

produção mais abrangente devido ao grande conteúdo sobre história apresentado ao Ensino Médio.

Segundo Reznik (2002, p. 3) “... o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as elações de vizinhança, contiguidade territorial, proximidade espacial”. Se a produção editorial do livro didático não atende à necessidade da construção da história local, cabe aos sujeitos envolvidos desenvolverem métodos de pesquisas e registros partindo do conhecimento popular, relacionando memória, costumes e tradições.

Com relação ao acervo bibliográfico, não foi possível localizar outras fontes bibliográfica que abordem a História local direcionada aos alunos do Ensino Médio. Mesmo com uma produção científica fruto de pesquisas no estudo sobre o Amapá e Amazônia, a única forma de utilização desses conteúdos é através dos professores de história que buscam uma qualificação na área e aplicam esse conhecimento através da transposição didática. Ana Maria Monteiro define a transposição didática como a adaptação do conhecimento científico em conhecimento escolar, de maneira acessível e de fácil compreensão ao aluno, de forma significativa para a construção do conhecimento histórico e cabe ao professor essa adaptação curricular.

A grande dificuldade está na falta de incentivo e de investimento em um acervo bibliográfico específico, que atenda à lei em vigor e às necessidades pedagógicas de professores, mas principalmente dos alunos. Já existem obras disponíveis sobre a história do Amapá que retratam a ocupação no período da colonização, as descobertas arqueológicas ou o resgate de fontes oficiais escritas que relatam a história das minorias, tais como correspondências oficiais. Essas produções podem sistematizar um conteúdo a princípio complementar ao conteúdo do livro didático. Assim,

*A história local não se opõe à história nacional, muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais (REZNIK, 2002. p.3).*

Outra dificuldade está no acesso a determinados tipos de fontes, as quais são negadas aos pesquisadores durante o processo de investigação historiográfica. O acesso à informação torna-se dificultoso por conflitos de interesses e também por falta de incentivos através de recursos financeiros. Assim,

*É visível que muitas pessoas ou instituições se denominam donas das fontes, colocando o pesquisador numa posição de recuo, pois a utilização do poder é sempre frequente quando existe receio de que a divulgação de alguns dados possa pôr em risco e prejudicar os interesses desses grupos, e de comprometer sua imagem. [...] outras dificuldades no caminho do historiador da história local, como o pequeno apoio financeiro, a carência de bibliografia básica e a dificuldade em publicar os trabalhos [...] também em termos de teorias e metodologias, que carecem de uma definição mais precisa (DOMINGOS e LIMA, p. 5-6).*

Nesse sentido, reinventar a memória, pesquisar e registrar os fatos históricos que possibilitem a compreensão do presente é um grande desafio. Cada município, cada localidade tem sua especificidade que ajuda a compreender o processo histórico de forma a se entender como se deu a ocupação do espaço até a sua estruturação atual.

As influências entre o centro político e as áreas periféricas, a relação entre os sujeitos históricos, a relação entre a micro história e a macro história são fundamentais para a construção da identidade amapaense. E para se compreender os espaços e o processo histórico de um município, a micro história surge como a uma história específica, não abordada pela história geral, sendo complementar sob a ótica de novas realidades.

Conforme o exposto faz-se necessário o levantamento e a sistematização de produções historiográficas resultantes de pesquisas científicas, para que se possa garantir a efetividade da lei e dos conteúdos específicos de história do Amapá, regatando a memória e a identidade local. É um processo que passa pela responsabilidade assumida pela Secretaria Estadual de Educação (SEED) na discussão de uma nova matriz curricular e que deve contar com a participação de professores e de instituições de ensino superior.

### 3. OS CONTEÚDOS DO PLANO CURRICULAR ESTADUAL

Os conteúdos do Ensino Médio do Plano Curricular de 2011, referência neste trabalho, estão divididos em três eixos. No 1º ano: Surgimento do Estado e a Organização de uma

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

7

Sociedade de Classes. No 2º ano: Colonialismo e Capitalismo. No 3º ano: Modernidade, Regionalismo, Nacionalismo e Totalitarismo.

Os conteúdos do Plano Curricular voltados ao 3º ano do Ensino Médio encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Unidade I: O Estado Brasileiro sob a República, o tópico “A Construção das Fronteiras: Clevelândia”; Unidade III: encontram-se dois tópicos: “Redivisão Territorial: A criação dos Territórios Federais” e “O Território Federal do Amapá e a Política Janarista”; Unidade IV: encontram-se mais dois tópicos: “A Política de Desenvolvimento Econômico para a Amazônia” e “O Projeto ICOMI”; Unidade V: encontra-se o tópico “A Ditadura Militar no Amapá”. Em um total de oito unidades, esses são os temas específicos que tratam da História do Amapá.

A História do Amapá é abordada no seu aspecto territorial quanto à demarcação de fronteiras, criação do território e projetos de ocupação da Amazônia. A Ditadura Militar é trabalhada com reflexos e implicações locais.

Percebe-se que contrário ao dispositivo legal o Plano Curricular Estadual contempla os conteúdos de História do Amapá de forma restrita, não atendendo de forma efetiva a obrigatoriedade da lei sobre a disciplina História do Amapá, estando seu conteúdo fragmentado e dependente do conteúdo que o professor possa utilizar, ainda que de forma aleatória.

Outro ponto interessante é que os livros didáticos não estão em concordância com o Plano Curricular Estadual e muito menos com a proposta da criação da disciplina História do Amapá. A lei por si só não garante o trabalho pedagógico desses conteúdos e a responsabilidade recai sobre o professor, que não encontra auxílio necessário à sua prática docente. Como consequência, o próprio conteúdo torna-se disperso e desconexo e a qualidade do ensino fica prejudicada.

Dentro desse contexto, faz-se necessária uma reestruturação curricular, partindo de novas metodologias e de novas abordagens na construção de uma historiografia local. Como afirmam Paim e Picolli,

*... o estudo da história regional e local não deve limitar-se a bibliografias e explicações, existem outras fontes ainda não muito exploradas, como os museus, as casas de cultura, os monumentos históricos, entre outros, que contribuem muito para que alunos e professores possam melhor compreender as especificidades de um local (PAIM e PICOLLI, 2007, p. 120).*

Esses espaços oportunizam uma maior interação entre alunos e objetos de estudo, trazendo à percepção os motivos da ocupação de determinado território, localização espacial, relação entre comunidades, tradições populares e principalmente a história do lugar para a compreensão da configuração do espaço existente hoje. Como exemplo pode-se citar a Fortaleza de São José, construída para proteção contra invasões estrangeiras, o Curiaú como área quilombola e o museu Sacaca que expõe produtos artesanais tais como as ervas medicinais utilizadas na produção e medicamentos caseiros. Também permite um contato direto com objetos antigos, produtos artesanais e peças arqueológicas que são expostas em ambientes como a Igreja de São José de Macapá, a Fortaleza de São José de Macapá ou o museu Joaquim Caetano.

Também outras fontes além do livro didático favorecem o aprendizado dos alunos, principalmente quando estimulados a trabalharem uma realidade a qual conhecem e compartilham. A descoberta do novo, de uma nova história, favorece a produção científica e instigam os alunos a perceber outras histórias, como aquelas que são transmitidas de geração à geração através de uma tradição oral. Ou seja,

*O ensino da história local trata das especificidades das localidades, tem uma grande importância, pois ele pode de diferentes formas apresentar aos alunos uma história que parta de um acontecimento ou de um cotidiano que eles conhecem empiricamente e, assim, estudar e relacionar os acontecimentos locais com os acontecimentos globais (PAIM e PICOLLI, 2007, p. 114).*

Como forma de garantir a preservação da memória, a história oral como metodologia de pesquisa tem favorecido o registro de fontes orais, sendo contrastadas as diferentes narrativas de um mesmo contexto. Cada município apresenta especificidades históricas que são garantidas através da narrativa de costumes e tradições, não compreendendo a fonte desses fatos. Nesse contexto, os registros orais posteriormente descritos tornam-se fontes que esclarecem a carência de fatos, partindo do conhecimento empírico da comunidade. Conforme Thomson,

*O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que*



*julgamos ter sido. Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (THOMSON, 1997, p. 57).*

Essas questões devem ser levadas em consideração em uma reestruturação do Plano Curricular, tais como o acesso à pesquisa escolar e visita aos espaços históricos, bibliografia atualizada e acervo condizente com a realidade do aluno e da comunidade.

Por fim, as produções de cunho científico devem fazer parte do Plano Curricular Estadual, através de conteúdos específicos descritos e de acordo com as novas publicações existentes. Partindo da obrigatoriedade da lei e dos conteúdos, as escolas devem adequar e selecionar que conteúdos são pertinentes para o ensino de história em sala de aula. Como há uma circulação, ainda que restrita, de obras de autores regionais, é importante verificar e selecionar esses conteúdos para a definição dos objetos de estudo da História do Amapá, que também devem ser oferecidos e disponibilizados na escola para a comunidade.

#### 4. ANÁLISE DAS CADERNETAS

A Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado durante o período de 2010 a 2012 atendeu a três turmas de 3º ano do Ensino Médio: uma funcionando à tarde (turma 312, que a partir de 2012 passou a ser 321) e duas funcionando à noite (turmas 313 e 323).

As cadernetas trazem apenas as descrições dos conteúdos ministrados nos bimestres, referentes a um determinado período e de forma geral. A partir de 2012, as cadernetas passaram a ser utilizadas em um formato digital (cadernetas eletrônicas), disponíveis no sistema PROESC da Secretaria de Educação do Estado do Amapá.

No ano de 2010, 2011 e 2012, a turma 312, no 1º bimestre, cumpriu do ponto de vista curricular assuntos relacionados à Pré-História do Brasil. A partir do 2º bimestre, conteúdos referentes à Colonização Portuguesa, Brasil Colônia, Império e República até o governo de João Goulart. No 3º bimestre, existe a descrição dos conteúdos sobre guerras, populismo e nacionalismo na América Latina e o início das Ditaduras Militares. No 4º bimestre, apresenta-se o estudo da Ditadura no Brasil, Redemocratização, Planos para economia, eleições e neoliberalismo.

De 2010 a 2012, as turmas 313 e 323, que em 2012 passaram a ser 332 e 333, tiveram a mesma professora. No 1º bimestre, os alunos estudaram a Pré-História do Brasil, a contextualização dos conteúdos referentes à História do Brasil, Império e República, conflitos

e Totalitarismos na Europa e na América Latina. No 2º bimestre, estudaram o contexto social dos anos 20 e 30, era Vargas e 2ª Guerra Mundial. No 3º Bimestre, foram trabalhados os conteúdos sobre Blocos Econômicos, Plano Marshall, Conflitos e Revoluções na Guerra Fria, fim do Estado Novo, Governo Dutra e Vargas. No 4º bimestre, os governos JK e Jango, os Governos Militares e o contexto da Redemocratização até os dias atuais foram trabalhados.

As cadernetas e suas descrições não permitiram uma profunda análise do período de 2010 a 2012 por apresentarem os conteúdos de forma geral e por não apresentarem também outras referências que as professoras tenham utilizado, não sendo possível verificar se houve uma adaptação curricular sobre História do Amapá. No ano de 2012, a Escola passou a utilizar a caderneta eletrônica, onde o professor faz o registro diário das aulas ministradas.

Mesmo com a descrição de cada uma das aulas, as informações disponíveis estavam de forma generalizante e limitada, não sendo possível a identificação dos conteúdos sobre História do Amapá. Também não estava disponível o planejamento anual referente ao período de 2010 a 2012, onde constam as referências bibliográficas utilizadas.

Devido ao período de análise ser os anos de 2010, 2011 e 2012, não foi possível fazer entrevista com os alunos e também com as professoras, pois as mesmas já não atuam na Escola Estadual Nilton Balieiro Machado.

Estabelecendo uma relação entre o Plano curricular, a caderneta das professoras e os livros didáticos, percebe-se que os conteúdos abordados em sala de aula estão mais relacionados aos aspectos gerais do que locais, sendo suas descrições pertinentes ao Livro Didático. Nos conteúdos registrados, não foi encontrado nenhum assunto específico sobre História do Amapá como, por exemplo, o litígio entre Brasil e França sobre a fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa e, também, sobre o projeto ICOMI ou a Ditadura Militar no Amapá.

Outra preocupação está na utilização constante do livro didático como única ou principal fonte em sala de aula, tanto no planejamento quanto na avaliação, o que se comprova na descrição dos conteúdos das cadernetas. Constatou-se que não houve um cuidado com relação aos conteúdos de história do Amapá ou de uma história regional, sugerindo que esses conteúdos estejam mais voltados ao livro didático. Segundo Domingos e Lima,

*Na educação o trabalho com o local e o regional tem encontrado bastante restrição. Na verdade, o professor tem se apegado demais aos livros didáticos, e a preocupação com o local e o regional tem amargurado uma posição periférica. Os livros didáticos apresentam uma história focada no âmbito nacional, valorizando os grandes acontecimentos e transformando personagens em heróis. A história das classes subalternas fica na margem do estudo e do ensino de história. O que acontece é uma reprodução do conteúdo presentes nos livros didáticos, que transportam o aluno para uma realidade distante, tanto no tempo quanto no espaço (DOMINGOS e LIMA, p.7-8).*

Dessa forma, pode-se afirmar que não há nenhum projeto voltado para uma reestruturação curricular sobre a História do Amapá, mesmo já havendo publicações de pesquisas realizadas por instituições de Ensino Superior como a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o que poderia fundamentar a disciplina História do Amapá. Cabe ao Estado disponibilizar recursos financeiros através de programas que visem desenvolver a historiografia local e regional, bem como a produção, editoração e circulação dessas obras.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história local e a história regional precisam estar contempladas no Plano Curricular da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá para garantir a memória e a identidade da sociedade amapaense. Com a Lei nº 1183 de 03 de Janeiro de 2008 que institui a disciplina História do Amapá, a educação deu um grande passo.

Mas para que se possam efetivar os objetivos de se formar cidadãos conscientes de sua identidade, potencial e principalmente buscarem a valorização do Estado é preciso haver investimentos na divulgação de pesquisas científicas, disponibilizar publicações nas bibliotecas das escolas, oferecer qualificação para os professores de História, e, principalmente, fomentar a escrita de uma historiografia sobre o Amapá, voltada para a produção de livros didáticos sobre História do Amapá ou a inserção de conteúdos nos livros didáticos disponíveis no mercado editorial como proposta da própria Secretaria de Educação.

Também relacionada a uma produção científica que não alcança o Ensino Público está a falta de um mercado editorial local que promova a produção de livros didáticos e paradidáticos voltados a atender as necessidades educacionais, em especial voltados às lacunas historiográficas mais básicas como a ocupação populacional de determinada localidade ou a formação étnica, social, cultural ou religiosa, não só das classes dominantes, mas também das minorias que fizeram parte dessas transformações. Nesse sentido, são

fundamentais as obras de professores pesquisadores que tem suas publicações de circulação restrita.

Para se garantir a produção local se faz necessário o incentivo aos programas de pesquisa, com a finalidade de promover o ensino, a pesquisa e a extensão além do espaço acadêmico, permitindo o contato entre o saber escolar e o saber científico. Também é necessário garantir a formação continuada de professores para o aprendizado de novas teorias, conceitos e metodologias que venham a contribuir com o ensino e aprendizagem no ensino de história.

Uma forma de se construir a História do Amapá é utilizar a história local como método de ensino na construção de identidades (FONSECA, 2010). É a história reconstruída a partir das experiências de vida dos alunos, ativando as memórias e as lembranças dos sujeitos envolvidos nos acontecimentos históricos, incentivando valores inseridos em determinadas localidades, como a sensação de pertencimento a um lugar por determinados grupos, produzindo assim o sentimento de identidade com o próximo e com o lugar.

Finalmente, debates sobre o ensino de História do Amapá são necessários para a construção de uma historiografia que atenda a esses anseios, valorizando todas as produções que já estão presentes, seja no meio acadêmico ou no relato daqueles que fizeram parte dessas transformações, através de suas oralidades, sob diversos enfoques.

Assim se faz necessária uma aproximação entre o saber escolar e o saber científico, através da relação entre escolas e universidades, entre os centros de produção científica e os espaços de aprendizagem, entre experiências do cotidiano e os sujeitos históricos.

### **BIBLIOGRAFIA**

DAYRELL, Juarez Tarcisio. **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. BH; UFMG, 1996. Disponível em: <http://www.slideshare.net/profesonlineedu/texto-a-escola-como-espao-socio-cultural-dayrell-dia-02-de-setembro>. Acesso em 20/10/2013;

DOMINGOS, Juliete Rosa. LIMA, Adilson Carlos de. SELONK, Marcus José Takahashi. **A INSERÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL NA HISTORIOGRAFIA E SUA**

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

13

**ABORDAGEM EM SALA DE AULA.** Disponível em: [http://www.selonk.com.br/gphr/wp-content/themes/selonk-theme/artigos/adilson\\_juliette.pdf](http://www.selonk.com.br/gphr/wp-content/themes/selonk-theme/artigos/adilson_juliette.pdf). Acesso em 23/10/13;

FONSECA, Selva Guimarães. “O Estudo da História Local e a construção de identidades”. **Didática e Prática de Ensino de História**. 11<sup>a</sup> ed. Campinas - São Paulo: Papirus, 2010, pp. 153-161;

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores: entre saberes e práticas**. Educação & Sociedade, ano XXII, n° 74, Abril/2001;

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios**. História & Ensino, v. 13, p. 107-126. Londrina, set. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11647/10331>. Acesso em 20/10/13;

RESNIK, Luiz. “Qual o lugar da História local”. V TallerInternational de Historia Regional y Local. Havana, 2002. Disponível em: [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf). Acesso em 20/10/13.

THOMSON, Alistair. **RECOMPONDO A MEMÓRIA: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Proj. História, São Paulo, (15), abril. 1997.

### FONTES

AMAPÁ. **Lei n° 1183, de 03 de janeiro de 2008**. Autoriza o Poder Executivo a instituir no Ensino Fundamental e/ou Médio da Rede Pública Estadual de Ensino a Disciplina História do Amapá. *Diário Oficial do Estado*, Macapá – AP, n° 4161, de 02 jan. 08.

AMAPÁ. Secretaria de Educação. **Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá**. 2011.

# IX Semana de História

## O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

14

**Diários de Classe** das turmas de 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado no período de 2010 a 2012.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**: volume único. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2005.

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor Nilton Balieiro Machado.

VAINFAS, Ronaldo... [et al.] **História**: o mundo por um fio: do século XX ao XXI, volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.